

TRABALHO, SUBJETIVIDADE E SAÚDE MENTAL: UMA LEITURA CRÍTICA DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL**WORK, SUBJECTIVITY AND MENTAL HEALTH: A CRITICAL READING OF NEOLIBERAL RATIONALITY****TRABAJO, SUBJETIVIDAD Y SALUD MENTAL: UNA LECTURA CRÍTICA DE LA RACIONALIDAD NEOLIBERAL**

10.56238/revgeov17n2-011

Francisco José de Oliveira Neto

Mestre em Psicologia

Instituição: Universidade Federal de Goiás (UFG)

E-mail: Franciskoneto3@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo analisa os impactos do neoliberalismo na constituição da subjetividade do trabalhador contemporâneo, articulando contribuições da Psicologia Social do Trabalho, da Psicanálise e da Teoria Crítica. Parte-se da compreensão do neoliberalismo não apenas como um modelo econômico, mas como uma racionalidade normativa que organiza modos de vida, regimes de verdade e formas específicas de gestão do sofrimento psíquico. A partir de uma pesquisa teórico-bibliográfica sistemática, realizada com produções nacionais e internacionais publicadas nos últimos dez anos (2015–2025), em bases reconhecidas de pesquisa científica, discute-se como a lógica da performance, do empreendedorismo de si e da individualização da responsabilidade pelo sucesso e pelo fracasso contribuem para o aumento de quadros de sofrimento mental relacionados ao trabalho, tais como burnout, depressão, ansiedade crônica e comportamentos autolesivos. Os resultados indicam que o sofrimento psíquico tem sido majoritariamente tratado de forma individualizante e adaptativa, por meio de discursos psicologizantes e medicalizantes, que ocultam suas determinações sociais, políticas e ideológicas. Argumenta-se que tal processo cumpre uma função ideológica ao despolitizar o adoecimento e reforçar a normatividade neoliberal. Conclui-se que a compreensão do sofrimento mental exige sua reinscrição no campo social e coletivo, demandando práticas de cuidado que rompam com a lógica da culpabilização do sujeito e da adaptação ao sofrimento.

Palavras-chave: Saúde Mental. Neoliberalismo. Subjetividade. Trabalho. Sofrimento Psíquico.

ABSTRACT

This article analyzes the impacts of neoliberalism on the constitution of the subjectivity of the contemporary worker, articulating contributions from the Social Psychology of Work, Psychoanalysis, and Critical Theory. It begins with an understanding of neoliberalism not only as an economic model, but as a normative rationality that organizes lifestyles, regimes of truth, and specific forms of managing psychic suffering. Based on systematic theoretical-bibliographical research conducted with national and international publications from the last ten years (2015–2025) in recognized scientific research databases, it discusses how the logic of performance, self-entrepreneurship, and the individualization of responsibility for success and failure contribute to the increase in mental health issues related to



work, such as burnout, depression, chronic anxiety, and self-harming behaviors. The results indicate that psychic suffering has been predominantly treated in an individualizing and adaptive way, through psychologizing and medicalizing discourses that conceal its social, political, and ideological determinants. It is argued that this process fulfills an ideological function by depoliticizing illness and reinforcing neoliberal normativity. It is concluded that understanding mental suffering requires its re-inscription within the social and collective sphere, demanding care practices that break with the logic of blaming the subject and adapting to suffering.

Keywords: Mental Health. Neoliberalism. Subjectivity. Work. Psychological Suffering.

RESUMEN

Este artículo analiza los impactos del neoliberalismo en la constitución de la subjetividad del trabajador contemporáneo, articulando contribuciones de la Psicología Social del Trabajo, el Psicoanálisis y la Teoría Crítica. Parte de una comprensión del neoliberalismo no solo como modelo económico, sino como una racionalidad normativa que organiza estilos de vida, regímenes de verdad y formas específicas de gestión del sufrimiento psíquico. Con base en una investigación teórico-bibliográfica sistemática realizada con publicaciones nacionales e internacionales de los últimos diez años (2015-2025) en bases de datos de investigación científica reconocidas, se discute cómo la lógica del rendimiento, el autoemprendimiento y la individualización de la responsabilidad por el éxito y el fracaso contribuyen al aumento de problemas de salud mental relacionados con el trabajo, como el agotamiento profesional, la depresión, la ansiedad crónica y las conductas autolesivas. Los resultados indican que el sufrimiento psíquico ha sido abordado predominantemente de forma individualizadora y adaptativa, mediante discursos psicologizantes y medicalizantes que ocultan sus determinantes sociales, políticos e ideológicos. Se argumenta que este proceso cumple una función ideológica al despolitizar la enfermedad y reforzar la normatividad neoliberal. Se concluye que comprender el sufrimiento mental requiere reinscribirlo en la esfera social y colectiva, exigiendo prácticas de cuidado que rompan con la lógica de culpabilización del sujeto y se adapten al sufrimiento.

Palabras clave: Salud Mental. Neoliberalismo. Subjetividad. Trabajo. Sufrimiento Psicológico.



1 INTRODUÇÃO

A partir de 1994, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a definir a qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (World Health Organization, 1995). Tal definição, posteriormente estendida ao campo da qualidade de vida no trabalho, introduz um deslocamento conceitual relevante: trata-se menos de indicadores objetivos isolados e mais de uma experiência subjetiva situada, atravessada por valores culturais, relações sociais, expectativas simbólicas e condições materiais de existência.

Esse caráter amplo e transversal do conceito permite compreender que a qualidade de vida no trabalho não se reduz a condições ergonômicas, remuneração ou segurança ocupacional. Ela envolve, de modo indissociável, a saúde física e psíquica, as crenças pessoais, os vínculos familiares e sociais, os modos de viver, de sofrer e de atribuir sentido à própria existência. Em sociedades organizadas em torno do trabalho assalariado, essa dimensão adquire centralidade particular, uma vez que o trabalho não apenas ocupa grande parte do tempo de vida, mas estrutura profundamente os ritmos cotidianos, os projetos futuros e as formas de reconhecimento social.

No modelo de sociedade contemporâneo, marcado pela hegemonia neoliberal, o trabalho organiza e controla extensivamente a vida dos sujeitos. Horários, alimentação, ciclos de sono, trajetórias formativas, cuidados com a saúde, relações afetivas, planejamento financeiro e expectativas de futuro são modulados pelas exigências e instabilidades do mundo laboral. Para além dessa organização material da vida, o trabalho atua de forma decisiva na constituição psíquica do sujeito, fornecendo parâmetros de pertencimento, identidade e valor social. O indivíduo não apenas é reconhecido pelo que faz, mas constrói seu autoconceito, seus modos de pensar e de se situar no mundo a partir de sua inserção no trabalho (Antunes, 2005; Zanelli et al., 2005).

Essa constatação impede que o trabalho seja compreendido como mera execução de tarefas associadas a uma função formal. O trabalho ocorre sempre no interior de dinâmicas de vida concretas e, ao ser realizado, transforma aquele que o exerce. Como demonstra Christophe Dejours (2006, 2016), existe uma diferença estrutural entre o trabalho prescrito aquilo que está normatizado em manuais, procedimentos e descrições de cargo e o trabalho real, isto é, a atividade efetivamente realizada diante das contingências da realidade. A lacuna entre o prescrito e o real não pode ser totalmente antecipada ou eliminada por técnicas de gestão, sendo permanentemente “tampada” pela inventividade, pela inteligência prática e pela mobilização subjetiva do trabalhador.

É nesse sentido que Dejours conceitua o trabalho como “trabalho vivo”: uma forma de engajamento que mobiliza o corpo, o pensamento e a atividade simbólica do sujeito. Trabalhar é, sobretudo, viver o trabalho, confrontar-se com a resistência do real, com o outro diferente de si, com



relações de poder, pressões por produtividade e conflitos interpessoais. Essa experiência escapa ao domínio técnico pleno e exige esforço contínuo de adaptação, criação e negociação de sentido.

O encontro com a realidade do trabalho, contudo, não é neutro do ponto de vista psíquico. A resistência do mundo ao domínio técnico é frequentemente vivida como impotência, fracasso ou inadequação pessoal. Segundo Dejours (2016), é justamente nesse ponto que se funda a psicopatologia do trabalho: quando o sofrimento produzido pelo confronto com o real é interpretado de forma individualizada, como incapacidade subjetiva, e não como efeito das condições sociais e organizacionais do trabalho. O trabalho torna-se, assim, não apenas uma prova do mundo, mas uma prova do eu, colocando em jogo a identidade, o valor pessoal e o sentimento de dignidade do sujeito.

2 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste artigo é de natureza teórico-bibliográfica, com abordagem qualitativa e crítico-interpretativa, alinhada às tradições da Psicologia Social do Trabalho, da Psicanálise e da Teoria Crítica. O recorte temporal adotado compreende produções publicadas nos últimos dez anos (2015–2025), período marcado pela intensificação das transformações neoliberais no mundo do trabalho, bem como pelo impacto do contexto pandêmico sobre a saúde mental dos trabalhadores.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas principais bases de dados científicas nacionais e internacionais, a saber: SciELO, PePSIC, Portal de Periódicos CAPES, BVS-Psi, Google Scholar e PsycINFO, priorizando periódicos classificados nos estratos Qualis A1 e A2, além de livros de referência amplamente reconhecidos na área. Foram utilizados descritores como saúde mental, trabalho, neoliberalismo, sofrimento psíquico, subjetividade, burnout, psicanálise e psicologia social do trabalho, combinados por meio de operadores booleanos.

Os critérios de inclusão contemplaram: (a) produções que abordassem diretamente a relação entre trabalho, subjetividade e sofrimento psíquico; (b) estudos fundamentados em abordagens críticas, psicossociais ou psicanalíticas; e (c) análises que problematizassem a individualização do adoecimento. Foram excluídos trabalhos de caráter estritamente biomédico ou adaptativo, centrados exclusivamente em variáveis individuais sem articulação com determinantes sociais.

O material selecionado foi analisado por meio de leitura aprofundada e análise temática, permitindo a identificação de núcleos conceituais recorrentes, convergências teóricas e tensões interpretativas, que subsidiaram a construção da argumentação desenvolvida ao longo do artigo.



3 DISCUSSÃO

3.1 PANDEMIA, INTENSIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO E CRISE DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

O contexto pandêmico vivenciado a partir de 2020 intensificou de maneira significativa essas dinâmicas. A pandemia de Covid-19 exacerbou as exigências dirigidas ao eu, ampliando a pressão para que os sujeitos suportassem perdas, incertezas, isolamento social e transformações abruptas nas formas de trabalho. Dados da Organização Mundial da Saúde indicaram um aumento aproximado de 25% na prevalência de transtornos mentais comuns no primeiro ano da pandemia, especialmente quadros de ansiedade e depressão (World Health Organization, 2022).

No Brasil, levantamento do Conselho Federal de Farmácia (2022) evidenciou um aumento expressivo na venda de antidepressivos, ansiolíticos e estabilizadores de humor, com crescimento superior a 30% em relação ao período pré-pandêmico. Esses dados não podem ser compreendidos apenas como maior acesso a diagnóstico e tratamento, mas como indicadores de um sofrimento psíquico socialmente produzido, relacionado à precarização das condições de vida e trabalho, à intensificação da insegurança econômica e à fragilização dos laços coletivos.

A retomada do chamado contexto pós-pandêmico não significou um retorno à normalidade anterior, mas a instalação de uma nova configuração marcada por lutos não elaborados, medo difuso, solidão e aumento das exigências de desempenho. Nesse cenário, torna-se ainda mais evidente a necessidade de produzir estratégias coletivas de cuidado no mundo do trabalho. O cuidado, aqui, não deve ser entendido como adaptação individual às exigências do sistema, mas como possibilidade de reinscrever a experiência laboral em um novo diálogo entre o sujeito, o corpo e os limites da realidade.

Favorecer reflexões sobre processos identitários, capacidade de autossustentação psíquica e circulação dos afetos permite que o encontro com o trabalho se transforme em potência criativa, e não apenas em fonte de adoecimento. Como aponta Santos (1990), as transformações no vínculo com o trabalho impactam diretamente a identidade, especialmente em contextos de ruptura, como o desemprego, a aposentadoria ou a precarização prolongada.

3.2 NEOLIBERALISMO, SUBJETIVIDADE E GESTÃO DO SOFRIMENTO

A compreensão dessas transformações exige situar o trabalho no interior da racionalidade neoliberal. Conforme argumentam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se limita a um conjunto de políticas econômicas, mas opera como uma racionalidade normativa que organiza práticas, discursos e modos de subjetivação. A concorrência é elevada à condição de princípio universal, e cada indivíduo é convocado a se tornar empreendedor de si mesmo, responsável por gerir sua vida como uma empresa.



Nesse contexto, a qualidade de vida no trabalho é frequentemente ressignificada em termos de desempenho, flexibilidade e autogestão emocional. Discursos sobre resiliência, inteligência emocional e bem-estar corporativo funcionam como tecnologias de governo do sofrimento, deslocando problemas estruturais para o plano da responsabilidade individual (Safatle et al., 2021). O sofrimento deixa de ser interpretado como sintoma de contradições sociais e passa a ser tratado como falha de adaptação ou déficit de competências emocionais.

Byung-Chul Han (2015) descreve essa mutação como a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho, na qual o sujeito explora a si mesmo acreditando estar se realizando. Essa autoexploração produz exaustão, sentimentos de inadequação crônica e incapacidade de estabelecer limites, resultando em quadros como burnout, depressão e ansiedade generalizada. O fracasso, nesse cenário, é vivido como culpa pessoal, reforçando a lógica ideológica da culpabilização do sujeito.

Do ponto de vista da Psicologia Social do Trabalho, essa dinâmica promove a banalização da injustiça social (Dejours, 2006), uma vez que o sofrimento é silenciado ou normalizado em nome da eficiência organizacional. A gestão neoliberal do sofrimento cumpre, assim, uma função ideológica central: despolitiza o adoecimento e impede que ele seja reconhecido como efeito das condições sociais de trabalho.

3.3 PSICANÁLISE, MAL-ESTAR E CRÍTICA DA INDIVIDUALIZAÇÃO

A Psicanálise oferece instrumentos fundamentais para desnaturalizar essa lógica. Freud (1930/2010) já indicava que o sofrimento é inerente à vida em sociedade, decorrente das renúncias pulsionais exigidas pela cultura. No entanto, o neoliberalismo radicaliza esse mal-estar ao eliminar mediações simbólicas e impor exigências de desempenho ilimitado.

Lacan (1969–1970/2008), ao formular o discurso do capitalista, demonstra como esse discurso promete uma satisfação sem limites, rompendo o laço social e produzindo sujeitos isolados, capturados pela lógica do gozo. Trata-se de um discurso que funciona de maneira excessivamente eficaz, mas que tende ao colapso, justamente por impedir a simbolização do sofrimento.

Dunker (2020) e Birman (2021) observam que os sintomas contemporâneos não se organizam mais predominantemente em torno do conflito neurótico clássico, mas assumem a forma de estados de esgotamento, vazio e dessubjetivação¹. A automutilação e a ideação suicida podem ser compreendidas, nesse sentido, como tentativas extremas de inscrição do sofrimento no corpo, quando a palavra já não encontra lugar no laço social.

¹ Entende-se por dessubjetivação o processo pelo qual o sujeito perde as mediações simbólicas que lhe permitem sustentar uma posição de enunciação, de desejo e de inscrição no laço social. No contexto contemporâneo, marcado pela racionalidade neoliberal, o sofrimento psíquico deixa de se organizar prioritariamente como conflito neurótico e passa a se manifestar sob a forma de esgotamento, vazio, dessimbolização e colapso do sentido, indicando uma fragilização das condições de subjetivação (Birman, 2021).



4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise do conjunto da produção científica examinada evidencia uma convergência significativa quanto ao reconhecimento do aumento expressivo do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho nas últimas décadas. No entanto, observa-se que grande parte das pesquisas, especialmente aquelas vinculadas a modelos de gestão organizacional e saúde ocupacional, tende a interpretar esse sofrimento a partir de uma perspectiva individualizante, centrada em déficits emocionais, dificuldades de adaptação ou falhas na autorregulação do sujeito.

Em contraposição, os estudos ancorados na Psicologia Social do Trabalho, na Psicanálise e na Teoria Crítica apontam que o sofrimento mental não pode ser compreendido fora das transformações estruturais do capitalismo contemporâneo. A literatura analisada sustenta que o neoliberalismo atua como uma racionalidade produtora de subjetividades² marcadas pela autoexploração, pela internalização da lógica da performance e pela culpabilização do fracasso, confirmando a hipótese central deste artigo.

Os resultados indicam ainda que o discurso da qualidade de vida no trabalho, amplamente difundido por organismos internacionais e políticas institucionais, muitas vezes opera de forma paradoxal: ao mesmo tempo em que reconhece o sofrimento, desloca sua origem para o plano da gestão individual, reforçando práticas de adaptação e resiliência que silenciam o conflito social e ético presente no trabalho. Nesse sentido, o aumento do consumo de psicotrópicos, especialmente no contexto pós-pandêmico, aparece na literatura como um indicador de uma gestão farmacológica do sofrimento, em detrimento de intervenções coletivas e estruturais.

A discussão dos resultados reforça, portanto, a necessidade de uma abordagem que recuse a naturalização do adoecimento e restitua ao sofrimento seu estatuto de sintoma social. A articulação entre Psicanálise, Psicologia Social do Trabalho e Teoria Crítica mostra-se fundamental para desvelar a função ideológica da individualização do mal-estar e para sustentar práticas de cuidado que não se limitem à adaptação do sujeito às exigências do sistema, mas que promovam espaços de elaboração simbólica, reconhecimento e transformação das condições de trabalho.

5 CONCLUSÃO

A Análise desenvolvida ao longo deste artigo confirma a hipótese de que o sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, amplamente documentado na literatura contemporânea, não pode ser compreendido como expressão de fragilidades individuais, déficits emocionais ou falhas adaptativas

² Em Foucault, a subjetividade não é entendida como uma essência interior ou fundamento psicológico do indivíduo, mas como o resultado histórico de práticas, discursos e dispositivos de poder que produzem modos específicos de se relacionar consigo mesmo e com os outros. O sujeito é constituído por processos de subjetivação, isto é, por formas pelas quais os indivíduos são conduzidos a se reconhecer, se governar e se responsabilizar segundo determinadas racionalidades históricas. No contexto das sociedades modernas e neoliberais, esses processos articulam saber, poder e técnicas de si, produzindo sujeitos ajustados às exigências de normalização, desempenho e autogestão (Foucault, 2008).

do sujeito. Conforme evidenciado na discussão dos resultados, trata-se de um sofrimento produzido no interior das transformações estruturais do capitalismo neoliberal, cuja racionalidade reorganiza o trabalho, os vínculos sociais e os modos de subjetivação. Ao individualizar o mal-estar, os discursos gerenciais e psicologizantes operam uma dupla violência: silenciam os conflitos sociais que atravessam o trabalho e deslocam para o trabalhador a responsabilidade por impasses que são, em sua origem, coletivos e políticos.

A partir da Psicodinâmica do Trabalho, Dejours permite compreender que o sofrimento emerge do confronto inevitável com o real do trabalho entendido como aquilo que resiste às prescrições, às normas e à racionalidade técnica e que esse sofrimento se torna patogênico quando é desprovido de reconhecimento social e reinterpretado como incapacidade subjetiva. Foucault, por sua vez, oferece as ferramentas conceituais para analisar como o neoliberalismo funciona como uma racionalidade de governo que produz subjetividades orientadas pela autoexploração, pela autogestão e pela culpabilização do fracasso, convertendo o cuidado de si em exigência permanente de desempenho. Já Lacan, ao formular o discurso do capitalista, evidencia um modo de laço social que promete um acesso direto e ilimitado ao gozo, curto-circuitando a falta e a mediação simbólica, o que contribui para a fragilização dos vínculos e para a dificuldade de simbolização do sofrimento.

A articulação entre esses referenciais teóricos permite sustentar que a individualização do sofrimento não é um equívoco conceitual ou uma limitação metodológica, mas um dispositivo ideológico central do neoliberalismo contemporâneo. Ao transformar o sofrimento em problema privado, medicalizável e gerenciável, neutraliza-se sua potência crítica enquanto sintoma social e inviabiliza-se a construção de respostas coletivas às condições que o produzem. Nesse contexto, o crescimento do uso de psicotrópicos e a centralidade dos discursos de resiliência e qualidade de vida no trabalho aparecem menos como estratégias de cuidado e mais como formas de gestão do mal-estar compatíveis com a manutenção da ordem produtiva.

Conclui-se, portanto, que repensar a saúde mental no trabalho exige um deslocamento ético, político e epistemológico: da adaptação do sujeito ao sistema para a transformação das condições que organizam o trabalho. Práticas de cuidado comprometidas com a dignidade do trabalhador devem criar espaços de reconhecimento, elaboração simbólica e construção coletiva de sentido, nos quais o sofrimento possa ser escutado não como falha individual, mas como expressão legítima de conflitos estruturais. Somente a partir desse reposicionamento crítico a qualidade de vida no trabalho poderá deixar de operar como um discurso normativo e tornar-se uma experiência efetiva de humanização, reconhecimento e laço social.



REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (2005). Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho (7ª ed.). Boitempo.
- Birman, J. (2021). O mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação. Civilização Brasileira.
- Brandão, S. M. R., & Silva, H. N. R. (2016). O modelo multidimensional de mudanças. Chiado.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal (M. Echalar, Trad.). Boitempo.
- Dejours, C. (2006). A banalização da injustiça social (7ª ed.). FGV.
- Dejours, C., & Gernet, I. (2016). Psychopathologie du travail. Elsevier Masson.
- Dunker, C. I. L. (2020). A fábrica de sintomas: Psicanálise e crítica social. Boitempo.
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Foucault, M. (2008). O nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978–1979). São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Han, B.-C. (2015). Sociedade do cansaço (E. P. Giachini, Trad.). Vozes.
- Lacan, J. (2008). O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise (M. D. Magno, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 1969–1970)
- Safatle, V., Silva Jr., N., & Dunker, C. I. L. (Orgs.). (2021). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Autêntica.
- Santos, M. F. S. (1990). Identidade e aposentadoria. EPU.
- Sennett, R. (2015). A corrosão do caráter: As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo (19ª ed.). Record.
- World Health Organization. (1995). The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): Position paper. WHO.
- World Health Organization. (2022). World mental health report: Transforming mental health for all. WHO.
- Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (Orgs.). (2005). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Artmed.

